

A subordinação da mulher na Era Moderna: o feminismo decolonial enquanto uma costura teórica necessária e libertária

La subordinación de la mujer en la Edad Moderna: el feminismo decolonial como costura teórica necesaria y libertaria

Nicole Marie Trevisan¹

Tatiana Cardoso Squeff²

Resumo: Os movimentos feministas têm contribuído para o desenvolvimento de novas formas de conhecimento. Tensões e debates caracterizam a evolução dos movimentos feministas, de forma que as experiências das mulheres latino-americanas cruzam com outros elementos de identidade, como raça, sexualidade, religião, classe e localização geográfica. Com o aporte crítico, esta pesquisa tem como objetivo investigar as discussões levadas a cabo pelas feministas do Terceiro Mundo e como a relação entre as teorias do estudo decolonial e pós-colonial torna possível a troca de experiências para que a cooperação se expresse entre as mulheres “condenadas ao silêncio”. Busca-se desenvolver um estudo de natureza qualitativa através do uso do método interpretativo e dedutivo de abordagem, seguindo as técnicas bibliográfica e documental de procedimento de pesquisa. A colonização discursiva sobre as mulheres de Terceiro Mundo e suas lutas, se dá não só pelas feministas hegemônicas do Norte, como pelas cumplicidades das feministas hegemônicas do Sul, dado os seus próprios interesses, e mantendo a continuidade da matriz de

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Mestra em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. Pós-graduada Lato Sensu em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi (SP); Pós-Graduada Lato Sensu em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia do Paraná; Pós-Graduada Lato Sensu em Direito Constitucional pela Estácio de Sá/CERS; Pós-Graduada Lato Sensu em Direito Internacional Damásio Educacional/Ibmec SP. Graduada em Design pela Universidade Tuiuti do Paraná e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pesquisadora do grupo de pesquisa NEADI- Núcleo de Estudos em Direito Internacional e Socioambiental da PUCPR. Pesquisadora do grupo DICRÍ- Direito Internacional Crítico da Universidade Federal de Uberlândia. Advogada.

² Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Direito e professora Adjunta de Direito Internacional da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Professora do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Expert brasileira nomeada pelo Ministério da Justiça/SENACON para atuar junto à Conferência de Direito Internacional Privado da Haia - HCCH, no “Projeto Turista/ODR”. Pós-Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais na Faculdade de Direito de Vitória. Doutora em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, com período sanduíche junto à University of Ottawa. Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, esta com bolsa CAPES e período sanduíche junto à University of Toronto, com bolsa DFAIT. Membro associada da ASADIP, ILA-Brasil e ABRI. É pesquisadora do NETI/USP.

privilégio colonial. Trata-se, portanto, de identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, geralmente produzidas coletivamente, que têm a possibilidade, sem universalizar, de explicar diferentes realidades. O feminismo latinoamericano ainda não foi descolonizado e o internacionalismo do feminismo continua “euronocêntrico”.

Palavras-chave: América Latina. Feminismo Decolonial e Pós-Colonial. Direitos Humanos das Mulheres. Terceiro Mundo.

Resumen: Los movimientos feministas han contribuido al desarrollo de nuevas formas de conocimiento. Las tensiones y los debates caracterizan la evolución de los movimientos feministas, de modo que las experiencias de las mujeres latinoamericanas se cruzan con otros elementos de identidad, como la raza, la sexualidad, la religión, la clase y la ubicación geográfica. Con la contribución crítica, esta investigación tiene como objetivo investigar las discusiones llevadas a cabo por las feministas del Tercer Mundo y cómo la relación entre las teorías de estudio decoloniales y poscoloniales posibilita el intercambio de experiencias para que se exprese la cooperación entre mujeres “condenadas al silencio”. Busca desarrollar un estudio de carácter cualitativo mediante la utilización del método de abordaje interpretativo y deductivo, siguiendo las técnicas bibliográficas y documentales del procedimiento de investigación. La colonización discursiva de las mujeres del Tercer Mundo y sus luchas se da no solo por parte de las feministas hegemónicas del Norte, sino también a través de la complicidad de las feministas hegemónicas del Sur, dados sus propios intereses, y manteniendo la continuidad de la matriz del privilegio colonial. Se trata, por tanto, de identificar conceptos, categorías, teorías que surgen de experiencias subalternas, generalmente producidas colectivamente, que tienen la posibilidad, sin universalizarse, de explicar realidades diferentes. El feminismo latinoamericano aún no ha sido descolonizado y el internacionalismo del feminismo sigue siendo “euronocéntrico”.

Keywords: América Latina. Feminismo Decolonial e Poscolonial. Derechos Humanos de las Mujeres. Tercer Mundo.

1. Introdução

A partir da década de 1980, as perspectivas feministas têm ganhado crescente destaque, o que refletiu em uma compreensão das pessoas de que o mundo é moldado pelo contexto social e histórico em que vivem e trabalham (HEYWOOD, 2011, p.412). Mulheres sempre fizeram parte da política mundial, mas o seu papel e contribuição têm sido ignorados; colocar uma "lente de gênero" significa reconhecer até que ponto conceitos, teorias e suposições o mundo é convencionalmente compreendido.

O feminismo tem contribuído para o desenvolvimento de novos métodos de pesquisa e formas de conhecimento, tornando as diversas experiências, papéis e status das mulheres visível e exige o reexamine e a reescrita de suas histórias (KINSELLA, 2020, p.147). Altamente diverso, não existe uma definição única de feminismo, abrange diversas visões como as abordagens "liberal", "marxista", "radical", "pós-moderna", "eco", "decolonial", "pós-colonial", "lésbica", "negra" e assim por diante.

As abordagens feministas são importantes para destacar os principais pontos cegos nas relações internacionais, fornecendo novas perspectivas sobre os papéis, político, social e econômico que as mulheres desempenham, frequentemente esquecidos e "[...] de acreditar que a experiência masculina é a experiência humana" (VIOTTI; KAUPPI, 2014, p.360). Afirma-se que, como o gênero permeia a vida social, ocorrem efeitos profundos em grande parte despercebidos sobre as ações dos Estados, das organizações internacionais e dos atores transnacionais. Logo, as feministas enfatizam as relações sociais como chave de análise, interessadas nas causas e consequências das relações de poder desiguais entre homens e mulheres.

Na perspectiva das mulheres do Sul Global, em particular vozes marginalizadas de um mundo "em desenvolvimento", argumentam que o "feminismo conforme apropriado e definido pelo ocidente, muitas vezes, se tornou uma ferramenta do imperialismo cultural" (KINSELLA, 2020, p.147). Essas tensões e debates caracterizam a evolução dos movimentos, de forma que as experiências das mulheres cruzaram com outros elementos de identidade, como raça, casta, sexualidade, religião, classe e localização geográfica, pelo que se cunhou de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002, p.174), os quais igualmente colaboram para a sua contínua inferiorização e discriminação. Sobre o tema, aliás, complementa Crenshaw (2002, p.173), que se trata de "diferenças que fazem diferença" na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar

problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres”.

Nessa toada, as abordagens decoloniais e pós-coloniais nas Relações Internacionais são vistos como formas de teoria crítica, pois buscam desenvolver e refletir sobre suas próprias formas de teorizar o mundo. Mais especificamente, essas abordagens criticam as questões de raça e gênero construídas em bases filosóficas de tradição ocidental como um modelo universal social e ético de ser (SABARATNAM, 2020, p.161). Guardadas as diferenças entre elas³, ambas têm o mesmo ponto de partida: a descolonização.

Esta está ligada aos processos de distanciamento do pensamento e agir colonial e imperial que muitos países na Ásia, África, Caribe e Américas passaram por cerca de cinco séculos até o século XX, quando, após a Segunda Guerra Mundial, como resultado de lutas e processos de independência, o número de Estados reconhecidos no sistema internacional passou a aumentar⁴, em que pese, para muitas, o processo colonizatório, seja ele direto (por ainda estarem formalmente vinculadas a alguma antiga potência colonial/imperial⁵) ou mesmo indireto (pelo que se cunhou de colonialidade⁶) (QUIJANO, 1992), ainda seja uma realidade.

³ Ballestrin (2017) comenta que existe uma clara tentativa de distinguir esses feminismos (pós-colonial e decolonial) e que este vincula-se epistemologicamente com o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), cujas principais referências estão Walter Dignolo, Anibal Quijano, Enrique Dussel e Arturo Escobar. “À semelhança de certas estratégias discursivas, retóricas e teóricas decoloniais, o feminismo decolonial faz questão de colocar as Américas e a América Latina, em particular, como mapa de sua referência” (BALLESTRIN, 2017, p.1044). Apesar desta vinculação, fica clara a falta da pesquisa em gênero no grupo liberado por esses autores, “*Es claro que hasta ahora el tratamiento del género por el grupo de MC ha sido inadecuado [...]*” (ESCOBAR, 2003, p.72), e o discurso do grupo MC permanece majoritariamente masculino.

⁴ De cerca de 70 Estados reconhecidos em 1945, passou-se para mais de 190 em 2018.

⁵ Existem ainda 17 territórios e, situação colonial, sendo que 10 são ocupados pelo Reino Unido, a exemplo das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e Chagos – esta última que, inclusive, foi objeto de um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, exarada em 2019, a qual considerou que o Reino Unido teria realizado um processo de descolonização incompleto na região e, logo, demandando-o que o fizesse apropriadamente.

⁶ Para Quijano (1992, p. 14), “[a] colonialidade, conseqüentemente, ainda é o modo mais geral de dominação no mundo de hoje, uma vez que o colonialismo, enquanto ordem política explícita, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições, nem as formas de exploração e dominação existente entre os povos. Mas não deixa de ser, há 500 anos, seu

Portanto, tendo este aporte crítico em vista, esta pesquisa tem como objetivo investigar as discussões levadas a cabo pelas feministas do Terceiro Mundo e como a relação entre as teorias do estudo decolonial e pós-colonial torna possível a troca de experiências para que a cooperação se expresse entre as mulheres “condenadas ao silêncio”. Para tanto, quanto aos aspectos metodológicos, busca-se desenvolver um estudo de natureza qualitativa através do uso do método interpretativo e dedutivo de abordagem, seguindo as técnicas bibliográfica e documental de procedimento de pesquisa.

Quanto à estrutura, o texto está dividido em três seções. No primeiro item serão apresentadas as bases do feminismo decolonial, preconizado especialmente por mulheres do Sul, isto é, latino-americanas, africanas e asiáticas; já no segundo item, debruça-se sobre o debate do feminismo e as correlações teóricas que permitem as mulheres do Terceiro Mundo transcenderem.

2. E as Mulheres do Sul? As bases da decolonialidade feminista

As mulheres sofrem subordinação global na era moderna marcada pela expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana. No horizonte de um feminismo descolonizante, é fundamental aprender com a insurgência epistêmica das mulheres afro-latino-americanas. Apesar de o feminismo tornar-se um tema discutido globalmente na atualidade, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Como descreve Lugones (2008, p.57), o patriarcado branco perpetua a situação subalterna e invisível das mulheres

marco principal”. Noutros termos, trata-se do padrão hierárquico de poder que mantém, no plano ideológico-discursivo e no plano das relações intersubjetivas, a contínua dominação dos povos do Sul mesmo com o fim dos laços políticos que antigamente os mantinham atrelados oficial e subordinadamente (QUIJANO, 2005, p. 117-142).

nas comunidades ao Sul, tanto no nível da vida cotidiana quanto no nível de teorização da opressão e da libertação.

As histórias de colonizados e colonizadores foram escritas desde o ponto de vista do masculino. Costumes e práticas coloniais surgiram de uma visão do mundo em que se acreditava na superioridade absoluta do humano sobre o não-humano ou o subumano, o masculino sobre o feminino e o moderno sobre o selvagem. Mais do que isso, tratava-se de uma questão de raça. Para Quijano (2005), havia uma relação de dominação – e violência – conduzida pelo homem branco europeu em suas colônias, hierarquizava a sociedade, pois, separava aqueles que detinham direitos e trabalho assalariado daqueles que não os detinham, operacionalizando desta maneira uma estrutura racializada mundial centrada em torno do *seu* sujeito (homem, branco, europeu, cristão, heterossexual, anticomunista, patriarca⁷ e proprietário) e do *seu* local (metrópole), não contemplando, desta forma, todos aqueles que desviassem de tal padrão. Essa diferenciação promoveu o início da hegemonização das concepções e das individualidades, bem como a promoção das camadas de diferenças entre os povos.

Dussel (1993, p.7-8) relata o “mito da Modernidade”, no sentido de buscar o seu uso e a justificação para a violência que, desde o nascimento da modernidade (ocorrida em 1492) quando a Europa se deparou com o “Outro”, o controlou, o violentou, e o conquistou na medida em que esse Outro foi encoberto. Uma vez que houve o reconhecimento do território (ênfatisa-se que

⁷ Segato (2012, p. 106-131) afirma que algumas sociedades indígenas e afro-americanas já se organizavam sob uma estrutura patriarcal antes do colonialismo, ainda que sob perspectivas diferentes daquela ocidental. Isso, indicaria que essas relações de poder já existiam, mas assumem outra forma com a modernidade/colonialidade, transformando-se naquilo que a autora denomina de “ordem ultra hierárquica” pelos seguintes fatores: “a superinflação dos homens no ambiente comunitário, no seu papel de intermediários com o mundo exterior, ou seja, com a administração do branco; a emasculação dos homens no ambiente extracomunitário, frente ao poder dos administradores brancos; a superinflação e universalização da esfera pública, que na condição de espaço público era habitada ancestralmente pelos homens, e o consequente colapso e a privatização da esfera doméstica; e a binarização da outrora dualidade de espaços, resultante da universalização de um dos seus dois termos quando constituído agora como esfera pública, por oposição ao outro, constituído como espaço privado”.

não foi “descoberto”), houve o controle dos corpos com a intenção de “pacificá-los” e demonstrar, assim, o homem guerreiro, ativo; o europeu como aquele que conquista o Outro que é negado, oprimido e domesticado (DUSSEL, 1993, p. 43-44), o que, no caso, inclui as mulheres situadas nesses espaços encobertos, como as indígenas nas Américas, ou mesmo as negras oriundas de países africanos, que começaram a ser trazidas junto de seus pares ou mesmo sozinhas para as colônias no continente situado na margem ocidental do mapa-múndi na medida em que aqueles que aqui habitavam antes da própria chegada do colonizador tinham sido dizimados ou expulsos por não corresponderem às necessidades do colonizador ibérico (FREYRE, 2003)⁸.

Por isso que se pode dizer que o conquistador, além do “ego violento”, também possuía o “ego fálico”, que, segundo Dussel (1993, p. 52), a violência erótica vem para mostrar a colonização da vida, onde as mulheres são forçadas contra a sua vontade; seria uma realização sádica quando o domínio se pratica na sexualidade masculina, opressora, alienante e injusta posicionando a moral em via dupla, ou seja, “dominação sexual da índia e respeito aparente pela mulher europeia”. Nesse sentido, Bidaseca (2012, p.40-50) lembra que, durante a colonização das Américas, qualquer homem branco podia apropriar-se de uma mulher escreva a fim de satisfazer a sua

⁸ Freyre (2003, p. 247), aduz que: "Se índios de tão boa aparência de saúde fracassaram, uma vez incorporados ao sistema econômico do colonizador é que foi para eles demasiado brusca a passagem do nomadismo à sedentariedade, da atividade esporádica à contínua; é que neles se alterou desastrosamente o metabolismo ao novo ritmo de vida econômica e de esforço físico. [...] O resultado foi evidenciar-se o índio no labor agrícola o trabalhador banzeiro e moleirão que teve de ser substituído pelo negro". Por certo, porém, segundo o autor, que havia uma diferença entre o indígena homem e a indígena mulher, em que pese esta tenha sido igualmente reduzida/marginalizada/expulsa do convívio colonial, vez que o que se buscava era o homem, supostamente por suas capacidades laborais: "[...] o indígena se salvaria a parte por assim dizer feminina de sua cultura. Esta, aliás, quase que era só feminina na sua organização técnica, mais complexa, o homem limitando-se a caçar, a pescar, a remar e a fazer a guerra. Atividades de valor, mas de valor secundário para a nova organização econômica - a agrária estabelecida pelos portugueses em terras da América. O sistema português do que precisava, fundamentalmente, era do trabalhador de enxada para as plantações de cana" (FREYRE, 2003, p. 247). Já no que tange a vinda de negros de origem africana, o autor relata: "O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África 'donas de casa' para seus colonos sem mulher branca [...]" (FREYRE, 2003, p. 392).

sexualidade, de maneira que os corpos das mulheres indígenas e negras eram materializados através de hiperssexualização, o que ela chamou de um processo de coisificação social de seus corpos.

Essa violência colonial perpetrada contra essas novas subalternas contribui à hierarquia de gênero e raça presentes nas sociedades hodiernas. Noutros termos, as consequências dessa dominação do corpo da mulher do Terceiro Mundo⁹, se apresenta até os dias de hoje. Segundo Mohanty (*apud* CONNELL; PEARSE, 2015, p.145),

(...) [a] mulher média do ‘Terceiro Mundo’ leva uma vida essencialmente truncada, baseada em seu gênero feminino (leia-se: sexualmente reprimida) e em ser do ‘Terceiro Mundo’ (leia-se: ignorante, pobre, sem acesso à educação, tradicionalista, doméstica, orientada à família, vitimizada, etc.) em contraste à implícita autorrepresentação das mulheres ocidentais.

E justamente em virtude da existência de tal ‘pluralidade de descon siderações’ para com a mulher do Terceiro Mundo, a qual não só está envolta em uma sociedade que a ‘corporifica’, mas também a modela em virtude de sua raça – tal como expõe a já aludida interseccionalidade de Crenshaw (2002) – que as tornam ainda mais subalternas.

Balestrin (2013) bebendo no conceito de colonialidade desenvolvido por Quijano (1992), segundo o qual pensam-se as relações remanescentes do passado colonial iniciado com a invasão das Américas em 1492 como ainda impactando nas realidades econômicas, sociais e políticas (indiferentemente do sistema adotado, se republicano, democrático ou liberal) de diversas nações situadas ao Sul, incluindo-se às nações latino-americanas, afirma que o seu contraponto, a decolonialidade, teria a pretensão de denunciar a continuidade

⁹ Shorath (1992) identifica que o termo ‘Terceiro Mundo’ surge nos anos cinquenta na França por analogia com o terceiro estado (os plebeus e todos que não pertenciam à nobreza nem o clero). O termo “ganhou exposição internacional em contextos acadêmicos e políticos, particularmente em referência aos movimentos nacionalistas anticoloniais do anos cinquenta até os anos setenta, bem como para a análise político-econômica da teoria da dependência e da teoria do sistema mundial” (SHORATH, 1992, p. 100). As relações de poder no Terceiro Mundo também são contraditórios, pois não somente se encontra nas relações entre as nações, mas dentro delas e nas muitas alterações que ocorre entre dominantes e subalternos.

das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, em uma tripla dimensão, a do poder, do saber e do ser¹⁰, além de alcançar os processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela Modernidade.

Afinal, como Lugones (2008) exprime, o sistema colonial de gênero não se restringia ao período colonial, sendo um elemento fundamental na organização e manutenção da colonialidade/modernidade. Por isso, entende-se que a forma de lidar com essa ferida colonial se encontra, sobretudo, na produção do conhecimento que conduz à opressão e ao contínuo domínio, reduzindo todas as formas de experiências vividas e conseqüentemente apagadas pelas estruturas coloniais. O feminismo decolonial, assim, é antes de mais nada, uma aposta epistêmica, um movimento em pleno crescimento e maturação, o qual não apenas percebe essa situação, mas a questiona na tentativa de fazer com que a opressão seja ao menos diminuída para as gerações vindouras.

Por outra banda, deve-se destacar o pouco tratamento que se dá sobre as profundas diferenças existentes entre as próprias mulheres feministas, sejam elas afrodescendentes, indígenas e não brancas em geral (TREVISAN; DAMASCENO, 2020, p.18), fazendo com que a pauta feminista se centre no Norte Global. E isso decorre também da colonialidade do ser, a qual realiza uma exclusão não só binária, no sentido de desconsiderar os direitos da mulher (no passado, contemplando apenas o sexo feminino, muito embora hoje possa-se alargar tal conceito para o gênero feminino), de modo a discriminá-las e subjugar-las em relação ao homem, mas também em relação a sua geolocalização, que conduz à aludida dupla-desconsideração, que faz com que a mulher do Terceiro Mundo seja/reste ainda mais invisível.

¹⁰ Em relação a subjugação da mulher, deve-se destacar, sobretudo, a colonialidade do ser. Esta está vinculada “à experiência vivida [n]a colonização”, em que o ser colonizado, que foge do “padrão” (homem, branco, europeu, cristão, heterossexual, anti-comunista, patriarca e proprietário), será alvo da violência e dos abusos da colonialidade por não ser considerado sujeito de direitos (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130; MALDONADO-TORRES, 2008, p. 96; QUIJANO, 1992, p. 437-448).

O pensamento feminista clássico capitaneado por Olympe de Gouges¹¹ e Virginia Woolf¹², veja-se, foi produzido por um grupo específico de mulheres, que desfrutaram do privilégio epistêmico graças às suas origens de classe e raça. Sobre o tema, afirma Lugones (2008, p.94):

(...) faz parte de sua história, que no Ocidente, apenas as mulheres burguesas brancas foram contadas como mulheres. As mulheres excluídas por e nessa descrição não eram apenas suas subordinadas, mas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo do que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, com as crianças e com animais pequenos. As fêmeas não-brancas eram consideradas animais no sentido profundo de serem seres "sem gênero", marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características de feminilidade.

Assunto esse que, com o passar dos anos, começou a ser debatido, muito embora ainda no Norte Global, por exemplo, pelo feminismo preto estadunidense, capitaneado por Angela Davis¹³. Ou seja, a mulher do Terceiro Mundo, em que pese pudesse igualmente beber de tais questionamentos, ainda era largamente esquecida pelo movimento feminista. Até mesmo porque, o gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Lugones (2008) lança a proposta da existência do que ela chama de “Sistema Colonial Moderno de Gênero”, afirmando que a primeira classificação importante que a colonização impôs, foi uma divisão entre humano e não-humano. Uma ordem natural imposta ao resto dos povos do mundo extra-europeu, para a qual não se poderia afirmar que o sistema de gênero funcionaria para os povos

¹¹ Autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791, Gouges almejava “forçar” o espaço da mulher (do sexo feminino) em um espaço distinto daquele convencionalmente atribuído a si e até então ocupado plenamente pelos homens (do sexo masculino), que detinha o poder político (DALLARI, 2016, p. 30-34; KHEL, 2016, p. 47).

¹² Woolf (1985, p. 56) ao descrever a vida social europeia no século XVIII, vai narrar que a mulher (do sexo feminino) “na imaginação, [...] é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhes enfiassem uma aliança no dedo”.

¹³ Davis (2016, p. 19), acerca das mulheres escravas na sociedade estadunidense do século XIX, por exemplo, tecia que “a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência – quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas”.

colonizados; desta forma, para a autora, raça, gênero e sexualidade são categorias constitutivas do epistême colonial moderno e não pode ser pensado fora nem separada deste.

Nessa toada, “[c]omo resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (OYĚWÚMÍ, 1997, p.2). O movimento sufragista na América Latina também presenciou feministas no movimento operário ou na luta contra as ditaduras; são “dados” que não entram nas vagas reconhecidas amplamente, ou seja, não há apenas uma história universal, mas histórias outras e, como afirmado por mulheres latinas, o feminismo localizado no Sul “não tem vagas, nós nos construímos a partir da terra que nos sustenta e nos alimenta” (ARROYO, 2019, p.8-9).

Por isso que a decolonialidade acaba por desenvolver uma genealogia própria de pensamento e diálogo com o conhecimento gerado por intelectuais e ativistas comprometidos com o desmantelamento dessa matriz de opressão atrelada ao passado colonial e a geolocalização do ser (MIÑOSO et al., 2014, p. 184). Afinal, ela coloca raça, classe e outras formas de classificação – ou, melhor, de desconsideração – no centro de sua análise social como elemento de exclusão simbólica e material, além dos próprios modelos de organização política e social propostos pelo programa ocidental moderno.

Para Bragato (2014, p.210), o pensamento decolonial insere-se na trilha das formas de pensamento contra-hegemônicas da modernidade e inspira-se nos movimentos sociais de resistência gerados no contexto colonial. Já o pensamento feminista decolonial relaciona a tradição teórica iniciada pelo feminismo europeu e preto com suas contribuições para se pensar sobre a sobreposição de opressão/desconsiderações (de classe, raça, gênero, sexualidade), enquanto, ao mesmo tempo, tenta recuperar o legado crítico que levantam as mulheres feministas africanas e latino-americanas. Ademais, o problema da invisibilidade destas dentro dos seus movimentos respectivos (e dentro do próprio feminismo), oferece a possibilidade de iniciar-se um

trabalho para revisar o papel e a importância que as mulheres possuem na realização e resistência em suas comunidades. Como avulta Ballestrin (2017, p.1051), não se trata de um debate sobre as diferenças, mas sobre enxergá-las e até identificá-las desde uma posição diferente:

(...) tanto os movimentos feministas quanto os anticoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação, uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação. Para ambos, a problematização do sujeito ocidental homem e branco nos discursos imperialistas europeus é um ponto de partida fundamental. (BALLESTRIN, 2017, p.1037)

Portanto, as críticas fundamentais passam pela (in)dependência de um conhecimento feminista de Terceiro Mundo, onde se torna essencial contribuir para a divulgação dessas vozes e pensamentos ‘outra/os’ do Sul, especialmente da Ásia, África e América Latina, os quais tem em comum a ocultação e a subjugação de seus integrantes, notadamente, de suas mulheres (do sexo e gênero feminino).

Segato (2014, p.76), ao seu turno, propõe ler a interface entre o mundo pré-intrusão e a modernidade colonial a partir das transformações do sistema de gênero; isto é, não se trataria apenas de introduzir o gênero como um dos temas críticos do decolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão de colonialidade, mas para dar um verdadeiro status teórico e epistêmico, dever-se-ia examiná-lo como uma categoria central, capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta na vida das comunidades e de suas estruturas¹⁴ quando capturadas pela nova ordem colonial moderna. Afinal, o comportamento humano, as histórias, as sociedades e culturas, bem como os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos,

¹⁴ Avulte-se, por exemplo, que para diversos povos tradicionais, a sociedade estaria pautada no matriarcado, o que, por exemplo, denota uma das diversas diferenças em termos de organização social que foram apagadas/modernizadas com a chegada do europeu. Sobre o tema, *cf.* Squeff; Pecker, 2021, p. 215.

instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana.

E a ‘descolonização do conhecimento’ é um processo complexo que começa com o questionamento dos fundamentos do conhecimento moderno-ocidental hegemônico que tornou e mantém o invisível (subalterno) naturalizado. Contudo, como informa Barreto (2013, p.3), mesmo que “[a] descolonização das humanidades, ciências sociais e cultura em geral [seja] um projeto intelectual e político que emerge do ponto de vista do Terceiro Mundo, e visa opor-se ao colonialismo e ao abuso de poder”, a teoria padrão dos direitos humanos ignora ou rejeita a possibilidade do não-eurocêntrico ou mesmo das abordagens do Terceiro Mundo.

Em vista disso é que se faz necessário pensar nas condições para sua reconstrução a partir de uma perspectiva emancipatória. A ausência de um aparato conceitual que dê conta da decolonialidade de gênero em sua intersecção com a raça, classe e sexualidade dentro das sociedades e suas conspirações com a do Norte Global, mostra o enorme trabalho que as feministas do Sul ainda têm pela frente. Na intersecção do feminismo e do pensamento decolonial e pós-colonial, com suas reflexões críticas sobre gênero, é que é acrescentado uma consciência mais nítida sobre as múltiplas facetas da colonialidade, incluindo como elas podem abrigar suas formas modernas/coloniais de poder, ser e saber.

3. As lutas internas do feminismo e as costuras teóricas em prol das mulheres do Terceiro Mundo

Curiel (2019, p. 33) esclarece que nem todas as sociedades foram colonizadas da mesma maneira. Por exemplo, o tipo de colonização experimentado pelos Estados Unidos, não é o mesmo que a Índia ou que a maioria dos países latino-americanos e caribenhos. E isso faz com que, mesmo que as nações tenham tido um passado colonial comum, isso não faz com que

elas sejam pós-coloniais igualmente. A decolonialidade, nesse sentido, implica em compreender uma consequência do passado colonial específica, qual seja, a da América Latina (em que pese também seja uma região plural), de modo a questionar as relações globais e locais hoje existentes, além da própria superioridade dos europeus sobre os outros considerados não-humanos, que promove(ra)m a negação da humanidade às populações do Sul, incluindo às mulheres (de sexo e gênero feminino).

Estes estudos, portanto, abrem a possibilidade de dar voz ao silenciado, questionando, inclusive, os paradigmas e lógicas masculinas, classistas, racistas e sexistas das produções acadêmicas e literárias (CURIEL, 2007, p. 93). Ademais, considerando que a ideia ocidental de gênero, com base universalista, é falha, pois baseada em um modelo de identidade que abstrai as mulheres da família, do contexto social e cultural que dá significado e propósito às suas vidas, tem-se que a mulher do Sul Global pode igualmente ter uma voz independente a partir dessa visão.

Afinal, como acusa Mohanty (2003), as feministas ocidentais buscavam “homogeneizar e sistematizar” as mulheres do Terceiro Mundo, criando um retrato composto e singular que as reduzia a objetos de consumo para um mundo desenvolvido, reafirmando, assim, implícita e complacentemente, a sua superioridade em relação ao restante do globo, como se houvesse um padrão a ser seguido.

Até mesmo porque, a lógica racializante introduzida nas Américas em 1492, fez muito mais do que estruturar uma relação entre colonizador e colonizado. Ela estabeleceu, conforme aludido no ponto anterior, formas de pensar e modos de poder que moldaram e continuam a moldar as relações sociais e políticas que permeiam todos os aspectos da vida dos povos do Sul Global. Dito isso, reconhecer a profunda influência da racialização e da atribuição de gênero mostra-se essencial para obter-se um entendimento adequado do passado, quando o colonialismo fez possível o capitalismo e a racionalização do ser em torno da divisão internacional do trabalho, e pensar-

se em um futuro *outro*, que reconheça as distinções quanto à pluralidade de descon siderações das mulheres do Norte e do Sul, e permita a estas também exteriorizar o que lhes subjugou e persiste em subju gar.

Aqui, por conseguinte, ressalte-se novamente o papel do feminismo decolonial. Este é atribuído ao estudo de feministas nativoamericanas, feministas chicanas e à teoria feminista anticolonial africana publicada nas décadas de 1960 e 1970; e à ideia de pós-colonialidade, existente desde 1945. A crítica dessa teoria está centrada nas tentativas explícitas de preservar a autoridade do Ocidente como o único legislador de normas e valores internacionais e, “[c]omo resultado, as representações da ‘realidade internacional’ e da ‘existência internacional’, que permaneceram fundamentados nas práticas institucionais e discursivas ocidentais, de modo a refletir e afirmar as estruturas paroquiais de poder, interesse e identidade” (GRAVOGUI, 2002, p.33).

Conforme preconiza Mohanty (2003, p.17), os feminismos devem se dirigir a dois projetos simultâneos: a crítica interna dos feminismos ocidentais hegemônicos, e a formulação de preocupações e estratégias feministas autônomas que são fundamentadas geográfica, histórica e culturalmente, para que se possa desconstruir e construir, haja vista que os feminismos do Terceiro Mundo correm o risco de marginalização ou guetização, tanto da corrente dominante (direita e esquerda), quanto dos discursos feministas ocidentais.

Deve-se recordar que a mulher do Terceiro Mundo, muitas vezes, pode ser colocada em alguns textos feministas (ocidentais) como sujeito singular e monolítico, ou seja, ser empregada em escritos específicos que acabam por avançar os interesses articulados pelos Estados Unidos e Europa Ocidental, caindo, assim, no discurso colonizador – inclusive como objeto – que tanto buscam escapar.

Mohanty (2003, p.18) faz essa crítica de que muitas estudiosas do Terceiro Mundo que escrevem sobre suas próprias culturas, terminam por empregar estratégias idênticas àqueles que criticam.

Qualquer esforço das feministas do “Terceiro Mundo” para analisar o que significa ser multicultural no Ocidente deve confrontar-se não apenas com a própria posição de minoria dessas feministas no Ocidente, como também com a experiência das “mulheres do Terceiro Mundo” dentro de um contexto sócio-histórico cuidadosamente investigado. (BAHRI, 2013, p.679)

Esperar-se-ia que as mulheres se organizassem ao relacionar a “mulher” (composição cultural e ideológica, construída por meio de diversos discursos) com “mulheres” (sujeitos reais de suas histórias coletivas) para encontrar pontos de convergência. Até mesmo porque, em qualquer análise feminista, as mulheres acabam por serem caracterizadas como um grupo único com base em uma opressão compartilhada. Outrossim, é nesse ponto que ocorre a supressão de sujeitos que constroem a própria história. Isso resulta em uma suposição da mulher como um grupo constituído, rotulado de impotente, explorado e assediado, assemelhado ao discurso sexista que rotula as mulheres como emocionalmente fracas.

A frase ‘mulheres como uma categoria de análise’ refere-se à suposição crucial de que todas as mulheres, em todas as classes e culturas, são de alguma forma socialmente constituídas como um grupo homogêneo identificado antes do processo de análise. Este é um pressuposto que caracteriza grande parte do discurso feminista. A homogeneidade das mulheres como um grupo é produzida não com base em fundamentos biológicos, mas sim com base em fundamentos sociológicos e antropológicos secundários. (MOHANTY, 2003, p.22)

O próprio termo ‘feminismo’ foi questionado por muitas mulheres do Terceiro Mundo devido ao histórico de imperialismo cultural e miopia na definição do significado de gênero em termos de classe e raça (esquecidas pelas vagas clássicas); mas, apesar disto, continuaram a utilizar o termo, com exceções. Em respeito à herança hegemônica euro-americana pós-século XV, como escravidão, migração forçada, plantação e trabalho escravo, colonialismo, conquista imperial e genocídio, as feministas do Terceiro Mundo

propõem a reescrita da história com base em localizações específicas e nas próprias histórias de luta. Bahri (2013) entende que se deve reconhecer as complexidades da construção do sujeito em todo lugar, não como único (no sentido de já estar unido), mas como um conjunto, cada qual, com suas próprias particularidades.

Desde os anos 1970, feministas racializadas, afrodescendentes e indígenas se aprofundaram no quadro do poder patriarcal e capitalista, considerando o entrelaçamento de vários sistemas de dominação. Tecem as mesmas que as mulheres do Sul não correspondem “ao paradigma da modernidade universal: homem – branco – heterossexual; mas elas também são as únicas de sua subalternidade, de suas experiências situadas, promoveram um novo discurso e uma prática política crítica e transformadora” (CURIEL, 2013, p. 94).

Diante deste contexto, decolonizar supõe inicialmente compreender a complexidade das relações e subordinações que se exercem sobre as consideradas “outras”; e o feminismo negro, chicano, eco, afro, indígena, são propostas que, segundo Curiel (2013, p.100) questionam tais estruturas inauguradas na Modernidade e enfrentam a colonialidade do poder, do ser e do saber. Esta, aliás, seria uma “marca registrada” da escola decolonial, a qual encontra pontos comuns também com as escolas pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013) e feministas sulistas (MENDOZA, 2016, p.110).

Spivak (2010) demonstrou, por exemplo, como a produção discursiva do subalterno, particularmente da “mulher do Terceiro Mundo”, silenciou as mulheres do Sul Global e sugeriu que toda tentativa de representar a mulher subalterna era uma forma de afirmar a superioridade do Ocidente sobre o não-Ocidente. Mohanty (2013) demonstrou como as construções de mulheres do Primeiro e do Terceiro Mundo homogeneizaram as mulheres, com consequências negativas para mulheres do Sul, ou seja, imaginadas como sendo “ignorantes, pobres, sem instrução, ligadas à tradição, domesticadas, direcionadas à família, vitimizadas”; ao contrário das mulheres brancas

construídas como “educadas, modernas, tendo controle sobre seus próprios corpos e sexualidades e a liberdade de tomarem suas próprias decisões”.

As possíveis costuras teóricas entre o feminismo, o pós e o decolonial, como propõe Lugones (2010) são plausíveis, a partir do momento em que eles proporcionam uma série de ideias com o compromisso de revelar a real face da colonialidade e em se libertar de suas marcas. Estudos decoloniais e pós-coloniais têm pontos de partida geohistóricos diferentes, mas se assemelham no objetivo de almejar o desmantelamento do que se encontra por trás de todo o sistema em que hoje os povos do Sul ainda vivenciam, e, como declama Césaire (1978, p. 14), na “ regressão universal que se opera, uma gangrena que se instala (...) no fim desta arrogância racial encorajada, desta jactância ostensiva, há o veneno instilado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente”. Já no que compete o acréscimo do feminismo nesta equação, ainda há um certo caminho a se trilhar. Isso, pois, desde o momento em que as teorias feministas surgem, conforme Tickner (2002, p.611), elas continuam a ser consideradas como marginais pela falta de atenção de outros teóricos críticos que suprimem o ser do Terceiro Mundo de suas análises.

São, de fato, silêncios contínuos que evidenciam as diferenças de gênero socialmente construídas. Muitas vezes, as investigadoras são questionadas por comentários perturbadores, que sugerem que as suas expressões possuem caráter pessoal ou que o material seja mais adequado para uma leitura “à beira do leito do que para discussões acadêmicas sérias” (TICKNER, 2002, p.612). Nas diferentes realidades e epistemologias com as quais as feministas trabalham, é preciso recorrer a uma variedade de tradições filosóficas e literaturas das mais diversas áreas das ciências sociais aplicadas (Direito, Relações Internacionais, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, etc.) para fazerem-se ouvir.

Outrossim, importante considerar as suas devidas distinções. Até mesmo porque, como enfatiza Tickner (2002, p. 620), integrar as mulheres

nas teorias existentes e considerá-las tão somente iguais aos homens, como advogava o feminismo ocidental, pode levar a um “beco sem saída” que reforçaria ainda mais as hierarquias de gênero, especialmente no Sul Global. Por isso que se afirma que a discussões das abordagens pós e decoloniais junto do feminismo do Terceiro Mundo são importantes e complementam-se, especialmente para combater a manutenção das hierarquias globais (de poder, ser e saber) e locais (isto é, no próprio Sul).

4. Considerações Finais

O estudo das mulheres não apenas introduz um novo assunto, como também exige uma análise crítica das pressuposições e presunções existentes ciências sociais. Como evidencia Kinsella, “[a]s mulheres têm estado ausentes ou dolorosamente sub-representadas em instituições de governança estadual e global” (2020, p.150). As diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar as múltiplas formas de opressão, estão principalmente focadas nas desigualdades de raça, gênero e de classe. Um peso maior se dá em relação as mulheres do Sul Global, na construção da diversidade em torno de símbolos, ideais e materializações que, em nossos tempos, são obscurecidos ou invisíveis pela dinâmica do mundo moderno. Ao desmontar práticas e discursos homogêneos, legitimados pelo saber acadêmico convencionais, a multitemporalidade ou a pluriversidade como formas de experiências do mundo, servem de horizontes para traçar novos caminhos de resistência e emancipação.

Abordagens críticas feministas têm procurado colocar as questões do eurocentrismo principalmente na hegemonia cultural e política que estabelece estereótipos depreciativos ou degradantes de povos não-Ocidentais. Ao considerar a reconstrução dos aspectos universais e hegemônicos dos discursos sobre as mulheres, ocorre a necessidade de repensar os aspectos de lutas sociais e culturais enraizados na sociedade

contemporânea, propondo o pensamento crítico como alternativa e enfrentando a reinvenção a partir da visão terceiro-mundista, e por que não de um quarto-mundista?

O movimento feminista reproduz no âmbito interno, conforme Ballestrin (2017, p.1051) várias dicotomias problemáticas foram intensificadas pela globalização nas relações de local x global, particular x universal, por exemplo, e para a tentativa de construção de uma “agenda justa”, conforme a autora, essas relações ao mesmo tempo que difundiram oportunidades e encontros, despertaram questionamentos quanto à possibilidade de uma solidariedade transnacional. Conforme Curiel (2014, p.332) o feminismo latinoamericano ainda não foi descolonizado, com exceções¹⁵; e o internacionalismo do feminismo continua “euronorcêntrico”. Miñoso (2014, p. 317) denuncia a colonização discursiva sobre as mulheres de Terceiro Mundo e suas lutas, isso se dá não só pelas feministas hegemônicas do Norte, como pelas cumplicidades das feministas hegemônicas do Sul, dado os seus próprios interesses, e mantendo a continuidade da matriz de privilégio colonial¹⁶.

Trata-se, portanto, de identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, geralmente produzidas coletivamente, que têm a possibilidade, sem universalizar, de explicar diferentes realidades e romper com o imaginário de que esses conhecimentos

¹⁵ Ochy Curiel (2014) reflete sobre a produção teórica latino-americana e caribenha tem sido pouco, comparado ao europeu e norte-americano, como acontece com outros países do Terceiro Mundo. Isso se dá pelas condições materiais e sociais destas regiões do mundo. Muitas dessas produções são consideradas como puro ativismo e como informa Curiel (2014, p.331) “[...] *sistematizaciones de prácticas feministas no aptas para “el consumo” académico y teórico [...]*”. As feministas de outras latitudes que conseguiram maior expressão no meio, se encontram, normalmente, em locais privilegiados da academia, como nas universidades norte-americanas e estão inseridas em estudos da área e grupos de pesquisa específicos.

¹⁶ Yuderkys Espinosa Miñoso (2014) menciona que a feministas da periferia, graças ao seu privilégio de classe e raça, mesmo que com desvantagem em relação as feministas do Norte, têm se beneficiado dos marcos conceituais ocidentais e etnocêntricos, constituindo a outra local, ou seja, participam ativamente do projeto que impossibilita a escuta da subalterna latinoamericana. Miñoso (2014, p. 318) chama de “violência epistêmica” a forma que a mulher do Terceiro Mundo permanece submetida duplamente pela colonização discursiva do feminismo do ocidente, sendo constituída como “a outra da Outra”.

são locais, individuais e sem possibilidade de serem comunicados entre si. Quando se trata de uma investigação sobre os feminismos decoloniais, as autoras propõem a teorização a partir de processos coletivos, desde as organizações e comunidades dessas mulheres, para que haja o fortalecimento dos marcos analíticos próprios e que permitam dar voz às mulheres. Por fim, tomar cuidado com as interpretações que faz um ou uma pesquisadora, de suas práticas sociais e culturais, para que não continue a assentar posições hegemônicas ao refletir sobre as “outras”, avançar na diversificação do conhecimento e no desafio às ideologias dominantes.

Referências

- ARROYO, A. G. **Descolonizar la Memoria, Descolonizar los Feminismos**. 2. ed. La Paz: Editorial Tarpuna Muya, 2019.
- BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo e/eminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.
- BALLESTRIN, L. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BARRETO, J. M. Decolonial Strategies and Dialogue in the Human Rights Field. *In*: BARRETO, J. M. (Ed.). **Human Rights from a Third World Perspective: Critique, History and International Law**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 1-20.
- BRAGATO, F. F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014.
- BIDASECA, K. **Afrodescendencia. Aproximaciones contemporáneas de América Latina y el Caribe**. Colección de ensayos del Centro de Información de las Naciones Unidas para México, Cuba y Rca. Dominicana, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes. México: ONU, 2012. p. 40-50.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da Costa Editora, 1978. <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. 3.ed. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.
- CRENSHAW, K. W. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, a. 10, n. 1, p. 171- 188, 2002.
- CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Revista Nomadas**, v. 26, p. 92-101, 2007.
- CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. *In*: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G. & MUNÓZ, K. O. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.

- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In*: MELO, P. B. *et al.* **Descolonizar o feminismo**: VI Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51.
- DALLARI, D. A. Os **Direitos da Mulher e da Cidadã**: por Olímpia de Gouge. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DAVIS, A. Mulheres, **Raça e Classe**. Trad. H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUSSEL, E. 1492: O Encobrimento do Outro - A origem do “mito da Modernidade”. Trad. J. A. Clasen). Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad Latino Americano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86, 2003.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.
- GROVOGUI, S. N. Post Colonial Criticism: International reality and modes of inquiry. *In*: GEETA, C.; NAIR, S. **Power, Postcolonialism and International Relations**: Reading Race, Gender and Class. London: Routledge, 2002. p. 33-56.
- KEHL, M. R. **Deslocamentos do Feminismo**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KINSELLA, H. M. Feminism. *In*: BAYLIS, J; SMITH, S.; OWENS, P. **The Globalization of the World Politics**: An Introduction to International Relations. 8. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 145-159.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, v. 9, p. 73-101, 2008.
- Mendoza, B. Coloniality of gender and power: from postcoloniality to decoloniality. *In*: DISCH, L.; HAWKESWORTH, M. (Eds.). **The Oxford handbook of feminist theory**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 100-121.
- MALDONALDO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMES, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- MALDONALDO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 71-114, mar. 2008.
- MIÑOSO, Yuderkys Espiñosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *In*: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUNÓZ, K. O. **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 309-324.
- MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: Feminis Scholarship and Colonial Discourses. *In*: MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders**: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. Durham & London: Duke University Press. 2003. p. 17- 42.
- OYÉYÚMÍ, O. **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Trad. A. M. González. Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista Peru Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2005.
- SABARATNAM, M. Postcolonial and decolonial approaches. *In*: BAYLIS, J; SMITH, S.; OWENS, P. **The Globalization of the World Politics**: An Introduction to International Relations. 8. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 160- 176.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves da leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. E-cadernos CES*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012.

SEGATO, R. L. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. *In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75-90.

SHOHAT, E. Notes on the “Post-Colonial”. *Social Text*, n. 31/32, p. 99-113, 1992.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa e A. P. Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SQUEFF, T. C.; PECKER, J. P. As dificuldades de mobilidade dos povos originários venezuelanos de etnia Warao no Brasil decorrentes do veto na lei de migrações à sua livre circulação. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 13, n. 26, p. 204–228, 2021.

TICKNER, J. A. You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 611–632, 2002.

TREVISAN, N. M; DAMASCENO, G. Vozes da Mulher do Terceiro-Mundo: Um impulso para a desconstrução da opressão colonial. [Apresentação de Paper] **Anais do II Descolonialidade e direitos humanos na América Latina**, Pelotas/RS, 2020.

VIOTTI, P. R., KAUPPI, M. V. **International Relations Theory**. 5. ed. New York: Longman, 2014.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

Artigo recebido em: 30/01/2023.

Aceito para publicação em: 04/07/2023.